



# MULHERES

no mercado de trabalho  
do Distrito Federal

Março de 2019

# MULHERES

## no mercado de trabalho do Distrito Federal em 2018

O aumento da ocupação em número superior ao crescimento da População Economicamente Ativa - PEA foi suficiente para reduzir o desemprego entre as mulheres, o que levou a uma melhora na sua inserção ocupacional, haja vista terem diminuído, ainda que de modo tímido, sua proporção entre os desempregados e aumentado entre os ocupados. Para os homens os movimentos foram distintos, a pequena redução da PEA concomitante ao aumento da ocupação, fez com que o desemprego masculino reduzisse em intensidade superior ao das mulheres.

Sob a ótica setorial, as mulheres elevaram sua presença relativa no Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e nos Serviços que é o setor de maior peso na estrutura ocupacional feminina.

Em relação à forma de inserção ocupacional, elas aumentaram sua participação em ocupações mais protegidas pela legislação trabalhista - assalariamento no setor privado com carteira assinada e assalariamento no setor público, bem como as demais posições, que incluem empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais.

Os rendimentos dos ocupados no Distrito Federal seguem a tendência mundial, com os homens ganhando mais do que as mulheres,

independentemente do nível de escolaridade, ou seja, nem sempre mais anos de estudo refletem em rendimentos maiores para as mulheres, na comparação com os homens.

O objetivo desse Boletim Especial Mulheres é atualizar esses e outros indicadores sobre a inserção feminina no mercado de trabalho do Distrito Federal, comparando os dados de 2018 com os do ano anterior, utilizando como fonte de informações a base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal - PED-DF, realizada pela Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, CODEPLAN, DIEESE, em parceria com a Fundação SEADE e com o apoio do MTb/FAT.

## **Desempenho do mercado de trabalho no Distrito Federal em 2018**

Entre 2017 e 2018, a elevação do nível de ocupação no Distrito Federal superou o volume de pessoas que se agregaram à força de trabalho, fazendo a taxa de desemprego regional recuar, em termos médios, para 18,6% da População Economicamente Ativa (PEA).

Embora os resultados globais da inserção produtiva tenham redundado em menor desemprego para ambos os sexos, esse movimento foi mais discreto para a população feminina face a masculina. Um detalhamento deste quadro, entretanto, demonstra que a geração de oportunidades de trabalho foi mais intensa para as mulheres, porém, basicamente, suficiente para absorver sua expansão na força de trabalho. Dentre os homens, a variação positiva da ocupação se limitou a 0,6%, contudo, ocorreu em simultâneo a redução da PEA masculina- Tabela 1.

**TABELA 1**  
**Estimativa População em Idade Ativa (PIA) segundo condição ocupacional e sexo**  
**Distrito Federal – 2017/2018**

	Períodos		Variações (2018/2017)	
	2017	2018	Absoluta (em 1.000 pessoas)	Relativa (%)
<b>População total</b>				
<b>População em idade ativa</b>	<b>2.457</b>	<b>2.516</b>	<b>59</b>	<b>2,4</b>
População economicamente ativa	1.635	1.653	18	1,1
Ocupados	1.319	1.346	27	2,0
Desempregados	316	307	-9	-2,8
Inativos com 14 anos e mais	822	863	41	5,0
<b>Mulheres</b>				
<b>População em idade ativa</b>	<b>1.318</b>	<b>1.364</b>	<b>46</b>	<b>3,5</b>
População economicamente ativa	790	811	21	2,7
Ocupados	623	646	23	3,7
Desempregados	167	165	-2	-1,2
Inativos com 14 anos e mais	528	553	25	4,7
<b>Homens</b>				
<b>População em idade ativa</b>	<b>1.139</b>	<b>1.152</b>	<b>13</b>	<b>1,1</b>
População economicamente ativa	845	842	-3	-0,4
Ocupados	696	700	4	0,6
Desempregados	149	142	-7	-4,7
Inativos com 14 anos e mais	294	310	16	5,4

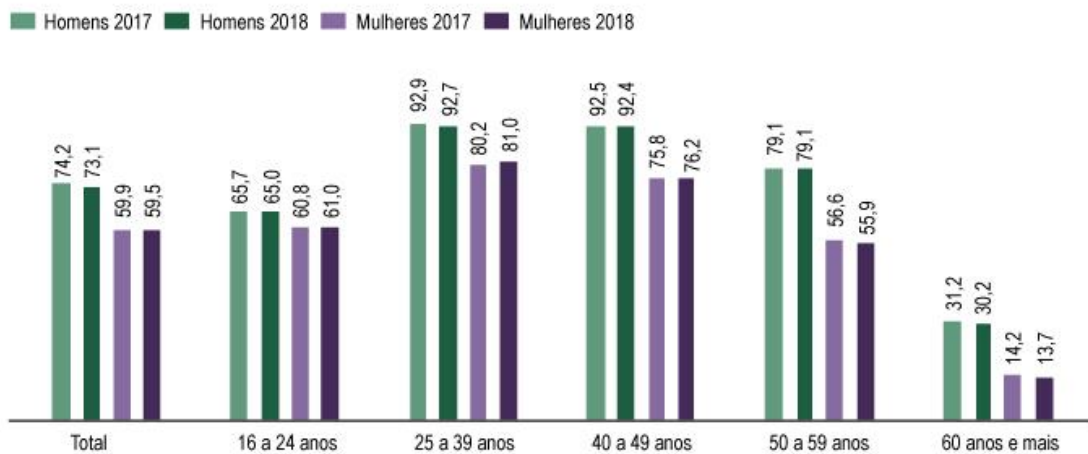
Fonte: PED-DF, Convênio Setrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e DIEESE

Obs.: Estimativas em 1.000 pessoas

### **Elevação da ocupação fez o desemprego feminino recuar**

A incorporação de mulheres à PEA do Distrito Federal em 2018 (2,7%) ocorreu em ritmo inferior ao crescimento da população em idade ativa (3,5%), acarretando redução da taxa de participação feminina no mercado de trabalho regional, que passou de 59,9%, em 2017, para os atuais 59,5%. O recuo da presença relativa das mulheres na estrutura de trabalho remunerado sucedeu dois anos consecutivos de ampliação e, acompanha a retração da taxa de participação dos homens, que passou de 74,2% para 73,1%, no mesmo período (Gráfico 1).

**GRÁFICO 1**  
**Taxas de participação por sexo**  
**Distrito Federal – 2017 e 2018**



Fonte: PED-DF. Convênio Setrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e DIEESE

Conforme recorte etário, é importante destacar que a redução na taxa de participação feminina ocorreu, somente, entre as mulheres com 50 a 59 anos e acima de 60 anos, diminuindo de 56,6% para 55,9% e 14,2% para 13,7%, respectivamente. Entre as mais jovens, a proporção de economicamente ativa variou positivamente, com destaque para àquelas com idade entre 25 e 39 anos, cuja taxa de participação alcançou 81,0%, em 2018.

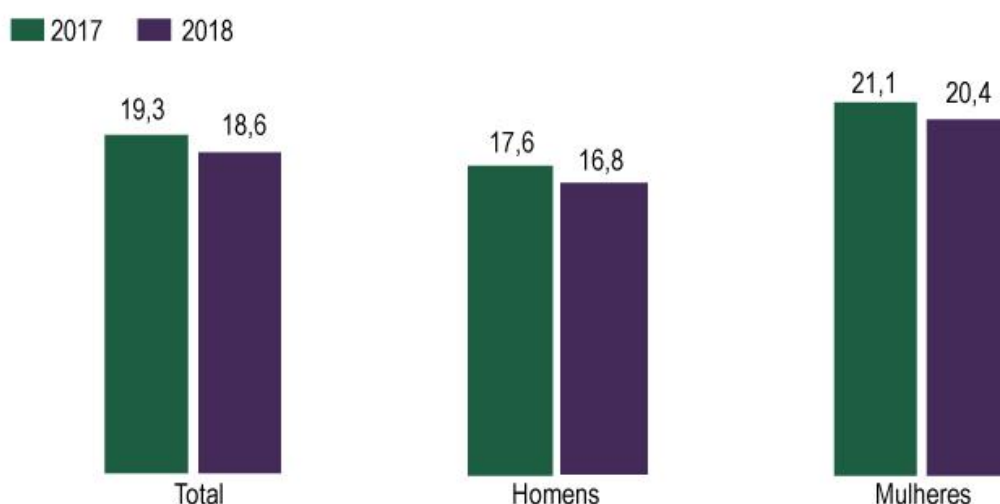
Entre os homens, para praticamente todos os segmentos etários, houve recuo na taxa de participação, cabendo o destaque para o recorte acima de 60 anos, em que a presença passou de 31,2% da PIA masculina, em 2017, para os atuais 30,2%. Exceção ocorreu apenas para a população masculina com idade entre 50 e 59 anos, que manteve sua taxa de participação estabilizada em 79,1%, no período analisado.

Entre 2017 e 2018 a taxa de desemprego total das mulheres reduziu de 21,1% para 20,4%, após 2 anos de aumento. O crescimento da ocupação (3,7%, ou 23 mil postos de trabalho), em número um pouco superior à entrada de mulheres no mercado de trabalho da região (2,7%, ou 21 mil), fez com que o contingente de mulheres desempregadas diminuísse em 2 mil pessoas, sendo estimado em 165 mil, no último ano. Apesar da redução do desemprego, as mulheres ainda representavam mais da metade do contingente total em desemprego no Distrito Federal (53,8%).

Para os homens, o decréscimo da População Economicamente Ativa (-0,4%, ou -3 mil) concomitante ao aumento da ocupação (0,6%, ou 7 mil) contribuiu para redução de 7 mil no contingente de desempregados, sendo estimado em 142 mil. Com isso, a taxa de desemprego masculina diminuiu de 17,6% para 16,8%, no período analisado (Gráfico 2 e Tabela 1).

O aumento no número de mulheres no mercado de trabalho em 2018 implicou em crescimento na sua taxa de participação (1,3 p.p) - indicador que estabelece a proporção de pessoas com dez anos de idade ou mais presentes no mercado de trabalho, como ocupadas ou desempregadas. A taxa participação dos homens, que historicamente é bastante superior, cresceu em menor proporção. Enquanto a participação feminina passou de 50,7% da População em Idade Ativa (PIA), em 2017, para, 52,0% em 2018, a dos homens aumentou de 66,1% para 67,2%, no mesmo período (Gráfico 2).

**GRÁFICO 2**  
**Taxas de desemprego total por sexo**  
**Distrito Federal – 2017 e 2018**



Fonte: PED-DF. Convênio Setrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e DIEESE

Destaca-se que os movimentos observados nas taxas de desemprego dos diversos grupos que compõe a família foram semelhantes para homens e mulheres, sobressaindo, pela responsabilidade que têm na manutenção da renda familiar, a dos chefes: na população feminina, esse grupo diminuiu a proporção em desemprego de 13,2%, em 2017, para 12,3%, em 2018; no mesmo período, a redução dentre o segmento masculino foi de 9,2% para 8,4% - Tabela 7 - Anexo Estatístico.

O tempo médio despendido pelos desempregados na procura de trabalho, entre 2017 e 2018, aumentou em 1 semana para mulheres (passando de 50 para 51 semanas). Esse indicador não variou para os homens (46 semanas) - Tabela 10 - Anexo Estatístico.

## A geração de novas oportunidades de trabalho foi mais intensa para mulheres que para os homens

No ano passado, o número de ocupadas no Distrito Federal foi estimado em 646 mil mulheres, 23 mil a mais que em 2017, enquanto o segmento masculino correspondente, acrescido de 4 mil pessoas no mesmo período, atingiu o patamar de 700 mil ocupados. Com isso, a proporção feminina no contingente total de pessoas com trabalho cresceu, alcançando 48,0% -Tabela 3 -Anexo Estatístico.

Sob a perspectiva setorial, o aumento de 3,7% no nível de ocupação das mulheres decorreu, principalmente, de acréscimos da ocupação no Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4,2%), no setor de Serviços (3,6%), que superaram a estabilidade observada na Indústria de Transformação. Entre os homens, crescimento do nível de ocupação (0,6%) se deveu aos acréscimos na Construção (5,2%) e nos Serviços (2,2%), suficientes para aplacar reduções no setor da Indústria de Transformação (-10,0%) e no Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (-3,6%) (Tabela 2).

**TABELA 2**  
**Estimativa e do nível de ocupação, por setor de atividade e sexo**  
**Distrito Federal – 2017/2018**

Setor de atividade	2017			2018		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total de ocupados (1)	1.319	623	696	1.346	646	700
Indústria de transformação (2)	47	17	30	44	17	27
Construção (3)	62	(6)	59	62	(6)	62
Comércio, reparação de veículos (4)	235	95	140	234	99	135
Serviços (5)	953	502	451	981	520	461

Setor de atividade	Variações					
	Absoluta (em mil pessoas)			Relativa (%)		
	2017/2018			2017/2018		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Total de ocupados (1)	27	23	4	2,0	3,7	0,6
Indústria de transformação (2)	-3	34	-3	-6,4	0,0	-10,0
Construção (3)	0	(6)	3	0,0	(6)	5,2
Comércio, reparação de veículos	11	4	-5	-0,4	4,2	-3,6
Serviços (5)	28	18	10	2,9	3,6	2,2

Fonte: PED-DF. Convênio Setrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e DIEESE

Notas: (1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca, aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D), água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar

(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar

(4) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar

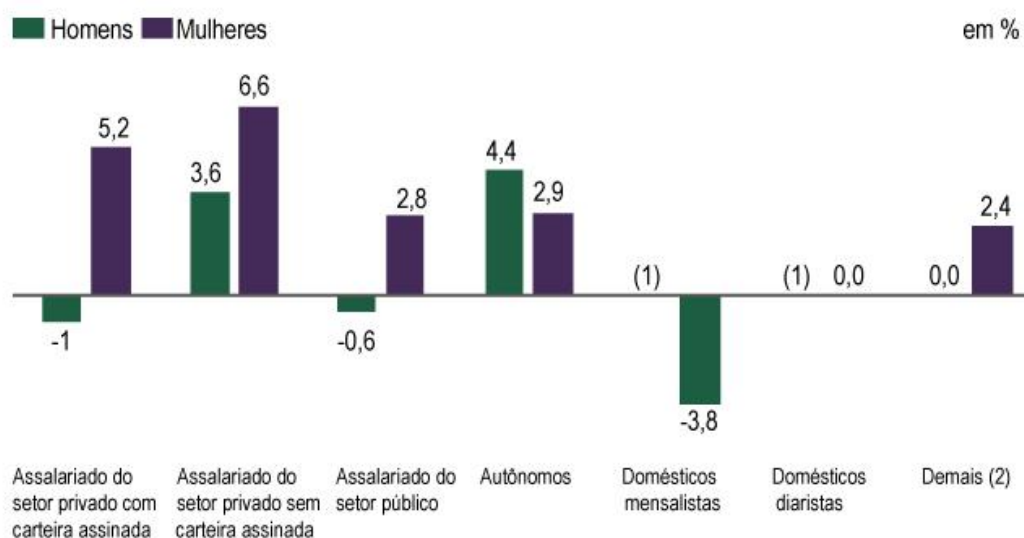
(5) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar



Entre 2017 e 2018, segundo a modalidade de vínculo ou inserção, foram apurados acréscimos de 5,2% no volume das assalariadas do setor privado com Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e de 2,8% dentre as empregadas no setor público, que via de regra, constituem o segmento de maiores rendimentos e garantias laborais. Por outro lado, também houve expansão ocupacional entre vínculos caracteristicamente mais fragilizados: houve acréscimo no número de trabalhadoras autônomas (2,9%) e das empregadas sem carteira de trabalho assinada (6,6%). Além disso, ocorreu redução do emprego doméstico mensalista e estabilidade entre as diaristas.

Entre os homens, houve variação negativa no assalariamento no setor privado com CTPS assinada (-1,0%) e no setor público (-0,6%) e elevação do trabalho autônomo (4,4%). As inserções agrupadas no segmento demais posições, formada por empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração e profissionais liberais, apresentou estabilidade - Gráfico 3.

**GRÁFICO 3**  
**Variação do nível de ocupação por posição na ocupação, segundo sexo**  
**Distrito Federal - 2017/2018**



Fonte: PED-DF, Convênio Setrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e DIEESE

Notas: (1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria

(2) Inclui empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais

As alterações trazidas pela conjuntura ainda não impactaram de forma perceptível a estrutura do emprego em relação aos sexos no Distrito Federal. Do ponto de vista setorial, as mulheres continuam sendo absorvidas, majoritariamente, na administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (34,0%), nos serviços de alimentação, alojamento e outras atividades ligadas a artes e recreação (14,0%) e serviços domésticos (12,3%). Já, segundo a modalidade de vínculo ou



inserção, as mulheres estão inseridas, principalmente, no emprego assalariado privado com registro na CTPS (40,4%) e assalariamento público (22,1%) -Tabela 19 - Anexo Estatístico.

O exame do conjunto dos ocupados em 2018 em relação aos sexos também aponta continuidade de elevação da escolaridade feminina, com proporção de mulheres com ensino superior completo (38,0%) e ensino médio completo (39,8%) atingindo expressivos 77,8% do conjunto de ocupadas, face ao patamar masculino de 72,3% - Anexo Estatístico -Tabelas 13 e 14.

Em 2018, o tempo médio de permanência no emprego para o conjunto das assalariadas ficou em 84 semanas, indicando redução em relação ao ano anterior (-1 semana). Para os homens na mesma inserção, diferentemente, a estabilidade no posto de trabalho se elevou, passando a corresponder a 95 semanas, três a mais no comparativo com 2017 - Anexo Estatístico - Tabela 23 - Anexo Estatístico.

### **A desigualdade nos rendimentos de homens e mulheres aumentou em 2018: elas passaram a ganhar, em média 78,6% da remuneração deles**

Entre 2017 e 2018, o rendimento médio real auferido pelas mulheres ocupadas diminuiu 1,6%, passando a equivaler, em termos monetários, a R\$ 2.923. Para os homens, o valor médio de ganhos variou positivamente (0,9%), ficando em R\$ 3.911 - Tabela 3.

**TABELA 3**  
**Rendimento médio real mensal e por hora (1) e jornada média semanal (2) dos ocupados (3) no trabalho principal, por sexo**  
**Distrito Federal 2017/2018**

Sexo	Rendimento médio real (em reais)	Jornada semanal média (em horas)	Rendimento médio por hora (em reais)
<b>Homens</b>			
2017	3.875	41	22,08
2018	3.911	41	22,29
<b>Mulheres</b>			
2017	2.970	39	17,79
2018	2.923	39	17,51
<b>Variação 2018/2017</b>	<b>(em %)</b>	<b>(em horas)</b>	<b>(em %)</b>
Homens	0,9	0	1,0
Mulheres	-1,6	0	-1,6

Fonte: PED-DF, Convênio Setrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e DIEESE

Notas: (1) Inflator utilizado: INPC-DF/IBGE, valores em reais de novembro de 2018

(2) Exclusive os ocupados que não trabalharam na semana

(3) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício

Considerando que as jornadas médias semanais são diferenciadas de acordo com a condição de gênero, com as mulheres trabalhando em média, no último ano, 39 horas semanais frente às 41 horas exercidas pelos homens, é plausível analisar o rendimento/hora, como forma de eliminar discrepâncias comparativas. Em 2018, o rendimento médio real por hora recebido pelas mulheres foi de R\$ 17,51, valor inferior ao auferido em 2017, R\$ 17,79. No mesmo período, o rendimento/hora dos homens apresentou elevação, ao passar de R\$ 22,08 para R\$ 22,29.

Como resultante desses movimentos, a desigualdade de ganhos entre os sexos aumentou, expandindo a desvantagem estrutural vivenciada pelas mulheres, uma vez que o contingente de ocupadas passou a receber, em média, 78,6% da remuneração masculina, em 2018. Essa proporção era 80,6%, em 2017.

Por formas de inserção, a redução do rendimento médio real das mulheres, nesse ano, refletiu decréscimos ocorridos na remuneração das assalariadas no setor público (-4,2%) e das autônomas (-3,2%), não compensadas pela elevação registrada pelas empregadas do setor privado (1,7%). A remuneração masculina, por seu turno, decresceu apenas dentre os assalariados do setor público (-2,9%), mesmo assim de forma mais amena que para as mulheres. Adicionalmente, o ganho dos homens autônomos aumentou 3,7%.

**TABELA 4**  
**Rendimento médio real (1) dos ocupados e assalariados, por sexo, por posição na**  
**ocupação**  
**Distrito Federal 2017/2018**

Posição na ocupação	Rendimentos (em reais de novembro de 2018)				Variação (%) 2017/2018		Rendimento das mulheres em relação aos homens	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	2017	2018
<b>Total de ocupados</b>	<b>2.970</b>	<b>3.875</b>	<b>2.923</b>	<b>3.911</b>	<b>-1,6</b>	<b>0,9</b>	<b>76,6</b>	<b>74,7</b>
Assalariados total (2)	3.461	4.069	3.375	4.046	-2,5	-0,6	85,1	83,4
Setor privado	1.803	2.158	1.833	2.170	1,7	0,6	83,5	84,5
Com carteira	1.877	2.233	1.891	2.237	0,7	0,2	84,1	84,5
Sem carteira	1.349	1.707	1.476	1.748	9,4	2,4	79,0	84,4
Setor público (3)	7.738	9.065	7.412	8.803	-4,2	-2,9	85,4	84,2
Autônomos	1.495	2.083	1.447	2.160	-3,2	3,7	71,8	67,0

Fonte: PED-DF. Convênio Setrab-GDF, Codeplan, Seade-SP e DIEESE

Notas: (1) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos e inclui os estatutários e os celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual e federal, empresas de economia mista, autarquia, fundação, etc.) e os que não sabem que setor pertence a empresa em que trabalham

(2) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos e inclui os estatutários e os celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual e federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.) e os que não sabem a que setor a empresa em que trabalham

(3) Englobam empregados nos governos municipal, estadual e federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc.

Obs.: O inflator utilizado foi o INPC-DF/IBGE; valores em reais de novembro de 2018

**Metodologia**

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade  
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

**Convênio Regional**

Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal  
Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN)

**Apoio**

Ministério do Trabalho e Emprego - MTb/ Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT